

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.853 - SP (2019/0127881-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : LUIZ CELSO SANTOS - ESPÓLIO
REPR. POR : LIA ALTENFELDER SANTOS - INVENTARIANTE
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DO VALE DE ALMEIDA GUILHERME -
SP195805
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE
PROCURADOR : MARIA DE FATIMA RODRIGUES MARQUES E OUTRO(S) -
SP112481

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DISCUSSÃO SOBRE A NULIDADE DA CDA. PRESCRIÇÃO. ALEGADO TRANSCURSO DO PRAZO QUINQUENAL. QUESTÕES ATRELADAS AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Execução Fiscal - Pré-executividade que suscita ocorrência da Prescrição; ilegitimidade de Parte; Nulidade do Título executivo e da execução em virtude de contradições e omissões constantes na CDA - Iliquidez e incerteza do título. Pedido efeito suspensivo - Decisão reformada em parte - Reconhecimento da prescrição apenas no exercício de 2004 - Recurso Parcialmente Provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente alega violação aos arts. 202 e 174, parágrafo único, I, do CTN, 2º e 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80, asseverando que: a) "a prescrição dos débitos exigidos se interrompe com a citação do executado, não sendo aplicado o artigo 8º, § 2º, da Lei de Execuções Fiscais quando o despacho que ordenou a citação for anterior à Lei Complementar 118/2005" (fl. 139); b) a execução deve ser extinta em razão da prescrição em relação a todos os exercícios financeiros, quais sejam, 2004, 2005 e 2007" (fl. 142); e c) a CDA que embasa a execução fiscal contém erros materiais insanáveis, por não trazerem "forma de cálculo correta, além de existirem inúmeras contradições verificadas quanto a Unidade de Referência Fiscal (UFIR)/Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC)" (fl. 142).

Em suas contrarrazões, o recorrido pugna pelo não conhecimento do recurso ou,

alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 165/166, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas produzidos na demanda, concluiu pela regularidade da CDA, fazendo-o nos seguintes termos (fls. 121/122):

"Observando a CDA juntada às fls. 40, não há que se falar em nulidade da CDA.

(...)

Entretanto, no caso dos autos, extrai-se da CDA de fls. 40 dos autos da execução a discriminação detalhada dos tributos devidos pela apelante, com a correta aposição da origem e natureza do crédito (IPTU) e a respectiva fundamentação legal, não havendo que se falar em prejuízo à defesa do contribuinte, bem como, a interpretação do Cálculo da Dívida."

Nesse contexto, verifica-se que a aferição da alegada nulidade do título executivo extrajudicial em questão demanda a análise do substrato fático-probatório dos autos, procedimento inviável em sede de recurso especial em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO E DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

1. A aferição dos requisitos essenciais à validade da CDA demanda reexame do conjunto fático-probatório, o que esbarra, inequivocamente, no óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

2. Fica prejudicada análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 749.240/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 11/11/2015)

Por fim, o recorrente sustenta tese segundo a qual houve o transcurso do prazo prescricional para cobrança dos créditos tributários no tocante aos exercícios financeiros de 2004, 2005 e 2007.

A esse respeito, cumpre observar que, consoante entendimento já sedimentado nesta Corte Superior, a interrupção da prescrição pela **citação válida**, na redação original do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, ou pelo **despacho que a ordena**, conforme a

modificação introduzida pela LC nº 118/2005, retroage à data do ajuizamento da ação, por força do disposto no art. 219, § 1º, do CPC/1973 (REsp 1.120.295/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2010).

Isso porque a LC nº 118/2005, que alterou o referido art. 174, parágrafo único, I, do CTN, para atribuir ao despacho que ordenar a citação o efeito de interromper a prescrição, por ser norma processual, é aplicada imediatamente aos processos em curso, **mas desde que a data do despacho seja posterior à sua entrada em vigor.**

É a hipótese dos autos, tendo em vista que o aresto impugnado ressalta que o despacho citatório, enquanto marco interruptivo da prescrição, ocorreu em 30/12/2009 (fl. 118), ou seja, após a edição da LC nº 118/2005.

Nesses termos, a Corte *a quo* concluiu pela consumação da prescrição tão **somente em relação ao exercício de 2004, reputando exigíveis os créditos quanto aos demais** (fl. 118):

"Pois bem, compulsando os presentes autos, deduz-se que **a execução fiscal foi distribuída pela Municipalidade em 22/12/2009**, visando à cobrança de IPTU referente aos exercícios de 2004, 2005 e 2007. Infere-se ainda que o despacho citatório data de 30/12/2009 (fl. 4), portanto, há que se entender por marco interruptivo da prescrição, para o caso em exame, o despacho que ordenou a citação, trazido pela Lei Complementar 118/2005.

Infere-se que **como o despacho citatório se deu em 30/12/2009**, e a sentença fora prolatada tão-somente, em 15/10/2015, **restou, portanto, configurado o quinquênio legal, apenas em relação ao exercício de 2004.**

Deste modo, imperioso destacar que quando da distribuição da ação em 2009 já estava prescrito o crédito de IPTU de 2004. Isso porque, como sabido, o tributo em questão constitui-se, de forma definitiva, com a notificação do lançamento ao contribuinte, sendo este lançamento realizado anualmente.

(...)

Contudo, referente ao exercício de 2004, o crédito tributário de IPTU, quando da distribuição da execução fiscal, já se encontrava prescrito." (grifou-se)

Dessa forma, acolher a pretensão recursal, para considerar operada a prescrição em relação a todos os créditos tributários cobrados no executivo fiscal, requer a incursão na matéria de fato, o que encontra óbice, na via do apelo excepcional, igualmente na citada Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator